

Kurt Lüscher, Andreas Hoff, Giovanni Lamura & Marta Renzi, Mariano Sánchez,
Gil Viry & Eric Widmer, Andrzej Klimczuk, Paulo de Salles Oliveira

Generationen, Generationenbeziehungen, Generationenpolitik
Generations, intergenerational relationships, generational policy
Génération, relations intergénérationnelles, politiques de générations
Generaciones, relaciones intergeneracionales, política generacional
Generazioni, relazioni intergenerazionali, politica generazionale
Pokolenia, relacje międzypokoleniowe, polityka relacji międzypokoleniowych
7. Gerações, relações intergeracionais, política geracional

Ein mehrsprachiges Kompendium
A multilingual compendium
Un abrégé multilingue
Un compendio multilingüe
Un compendio multilingue
Wielojęzyczne kompendium
Um compêndio multilíngue

© Universität Konstanz 2014/15

ISBN 978-3-89318-069-1

Downloads:
www.generationen-compendium.de

Unterstützt von:



poor

Introdução

A exemplo do que já foi adiantado no prefácio, neste projeto adotamos uma dentre as várias perspectivas de análise de “gerações”. É oportuno esclarecer desde o início: quando as pessoas percebem a si próprias – ou quando outros as percebem – enquanto membros de uma geração, admitem que o pertencimento a ela é importante para sua identidade social e, portanto, para suas ações. Até que ponto isso se verifica dependerá das situações em que estiverem inscritas, das tarefas a serem realizadas e do meio social. Esse ponto de vista pode ser particularmente útil na vida das “sociedades pós-modernas”, em que a questão acerca do modo pelo qual as pessoas desenvolvem suas identidades, pessoal e social, adquire especial importância.

Esse ponto de partida oferece uma estrutura conceitual de referência para a análise geracional. Relaciona-se com a conhecida ferramenta heurística proposta por Karl Mannheim de “posição geracional, conexão geracional e unidade geracional” que assinala a relevância da consciência e da identidade, ainda que o faça a partir de diferentes suposições.

Tal perspectiva atrai especial atenção às relações entre membros de diferentes gerações, bem como à dinâmica dessas relações, o que demanda um direcionamento do foco para a socialização e para a “geratividade”. Propomos uma terminologia específica para esse fim. A experiência da temporalidade humana, a compreensão da “geratividade” e, por fim, a busca de significado se mostram sempre importantes. Esses temas são tanto históricos quanto atuais. A dinâmica contraditória do presente e a incerteza do futuro reforçam o interesse pelos atuais “problemas de gerações” (reportando-nos a Karl Mannheim, o fundador da teoria geracional).

Essa perspectiva difere daquela que entende gerações em função de categorias sociais ou “grupos”, comparáveis às classes sociais (definição histórica de gerações). Todavia, a questão a ser considerada é se, de fato, essas “comunidades de experiências compartilhadas” podem ser realmente observadas. Outra perspectiva dirige seu foco para gerações familiares (definição genealógica de gerações).

Nossa perspectiva permite explorar o que essas duas concepções nutrem em comum. Contudo, na medida em que as relações intergeracionais precisam ser organizadas, determinadas condições estruturais e sócio-demográficas precisam ser levadas em conta. Deste modo, as dimensões políticas ganham relevo, elucidadas por um novo conceito de política geracional. Isso oferece também oportunidade para posteriores avanços no conceito de “justiça intergeracional”¹.

Ao enfatizarmos que uma entre várias perspectivas possíveis está sendo apresentada, tal fato implica que há possibilidade de estender o horizonte e que este caminho deve depois ser explorado. Pretendemos observar mais detidamente tanto aspectos sócio-culturais quanto orientações dos rumos de vida no futuro. Comentários a esse respeito são mais que bem-vindos.

¹ Dependendo do contexto e do discurso acadêmico, traduções alternativas do termo original alemão ‘Generationengerechtigkeit’ são empregadas: “justiça intergeracional”, “equidade intergeracional” ou “igualdade intergeracional”.

Por que um compêndio multilíngüe? É fato consolidado que a ciência está globalizada, o que é evidente em quase todos os cursos de bacharelado. Apesar de óbvia a primazia da língua inglesa, a uniformidade resultante é frequentemente enganosa porque oculta sutis diferenças encontradas nas várias línguas e culturas. Além disso, a crescente convergência de regulamentos institucionais e legais no âmbito europeu ou as tendências sociais cada vez mais similares em vários países da Europa acabam por mascarar a permanência de diferenças culturais. Essas diferenças se expressam em compreensões divergentes acerca da (aparentemente) uniforme terminologia intergeracional ou mesmo no emprego de diferentes termos.

Em nosso ponto de vista, a dimensão multilíngüe permite melhor compreensão do fenômeno e de sua exploração teórica no campo da pesquisa intergeracional. As sutis diferenças suscitam novos aprofundamentos. Particularmente desafiadores são os termos que não podem ser facilmente traduzidos, tais como “estado/governo” ou “política”.

Comentários sobre a versão em português

A versão em português foi feita com base nas escritas em inglês e em espanhol. Fui convidado a elaborá-la pelo Prof. Mariano Sánchez, que já há algum tempo vem realizando fluente diálogo intelectual com os pesquisadores que originalmente formularam a proposta aqui sistematizada.

Encaro esta possibilidade de intercâmbio como muito promissora e estimulante, pois o esforço conceitual realizado se coloca como desafio na busca de um entendimento comum, mas sem deixar de reconhecer peculiaridades e diferenças.

Uma delas é a língua, como se verá, por exemplo, com a palavra “generativity” / “generatividad”. Nesta versão, foi traduzida por “geratividade” (e não “generatividade”) para particularizar que se trata de gerações e, assim, evitar ambigüidade com questões de gênero.

Outra faceta do empenho em conceituar é reconhecer as especificidades históricas de cada contexto a que se refere. Sensibilizar-se com as nuances da história implica, simultaneamente, visualizar o particular e alargar os horizontes na compreensão da complexidade dos cenários sociais.

Além destes aspectos, um terceiro ponto nos lembra que um entendimento comum acerca das relações intergeracionais não deve se descuidar das particularidades que cada orientação teórico-metodológica enseja ao formular seus conceitos.

Como facilmente se deduz, é tarefa que agora principia e que, provavelmente, nunca terá fim. Essa infinitude acentua a feição encantadora das humanidades: sempre haverá enigmas a desafiar a quem os queira decifrar.

Paulo de Salles Oliveira

Aproximando-se da noção de gerações

A atualidade das relações intergeracionais

7.01 Expressões em voga, como “conflito intergeracional”, “diálogo intergeracional”, “solidariedade intergeracional” ou “peso da idade” mostram como o público em geral está atualmente envolvido com o discurso intergeracional. Essas são expressões de *uma retórica intergeracional que reflete o discurso público de como as relações intergeracionais deveriam ser vividas e analisadas*. Uma característica típica da retórica intergeracional está em sua estrutura antagônica entre idealização (solidariedade) e ameaça (conflito), na qual as diferenças intergeracionais são frequentemente dramatizadas. As metáforas representam importantes elementos dessa retórica intergeracional. Podem-se distinguir deste modo as seguintes metáforas, como mostra a Tab. 1 (de acordo com J. Bilstein’s “Metaphoric of the Term of Generation”. In Liebau/Wulf: Generation. Weinheim 1996).

Tabela 1

Variações das metáforas intergeracionais	Exemplos
Desenvolvimento	Criação de um “novo homem”
Ciclos e processos	Cadeia de gerações / estações da vida
Lei	Contrato intergeracional
Melhorias	Professor como cultivador / juventude é nosso futuro
Estrangeiridade e separação	Guerra de gerações

7.02 De acordo com L. L. Nash (1978 Concepts of existence. In: Daedalus 107, 1), a palavra grega “genos” se origina do verbo “genesthai”, que significa “emergir à existência” e descreve os passos por meio daquele sempre mutante umbral do início da vida. O nascer das crianças traz à luz uma nova geração, diferente da dos pais. E isso se repete a cada brotar de uma nova geração. Ocorre desde sempre, mas o fato em si permanece inalterado. Na Roma antiga, a tradução do termo “generatio” tinha o sentido de “gênese”, “criação”, “procriação”. Desse modo, o criador gera algo que é similar a si próprio em forma, muito embora, no caso dos humanos, a criação difira individualmente de seu criador, porém não enquanto espécie. Além disso, J. Bilstein assinala que o termo se baseia em duas ideias fundamentais – a gênese e a criação tanto quanto a continuidade e o ciclo, ou, em outras palavras, criação e pertencimento – que se refletem também em seu emprego metafórico. Essas tensões fundamentais remetem ao potencial de ambivalência e de experiência ambivalente nas relações intergeracionais, que se manifestam na polarização da retórica intergeracional. S. Weigel (2006. Genea-Logik) visualiza geração como um conceito chave em várias disciplinas acadêmicas na intersecção entre evolução e tradição, também no sentido de diferenciar ciências de humanidades. Esse aspecto permanece refletido nos atuais métodos de pesquisa em que as gerações são “contadas” e “narradas”.

7.03 Para entender a importância do conceito de “geração” é necessário considerar brevemente sua *história* e a diversidade de seu uso. A crença de que algo “novo” pode brotar / ser

gerado por algo existente está na essência da palavra “geração”. O fato crucial é que essa “nova” geração de algo é distinta daquela previamente existente e, ao mesmo tempo, partilha com ela características comuns. A história do conceito pode então, com alguma simplificação, ser dividida em fases. (É importante inter-relacionar o conceito à Antropologia, Biologia e Sociologia).

7.04. As três fases da história do conceito

1. A primeira fase diz respeito à Antiguidade e à Idade Média e é caracterizada pelos esforços em entender o presente baseando-se, respectivamente, no passado e na tradição. São feitas analogias entre a estrutura temporal do curso da vida individual e o desenvolvimento societário, ambos mediados pela família e pelas relações de parentesco. Essa fase inicial já considera a transmissão de conhecimento de geração a geração e assenta as bases para uma compreensão pedagógica das relações intergeracionais.

2. A segunda fase se principia com a Idade Moderna. Caracteriza-se pelo uso predominante do conceito de geração para assinalar o início de um futuro novo e em aberto. As gerações são percebidas como disparadoras de progresso. O foco se volta para as artes e as ciências. A ênfase do conceito segue de mãos dadas com um modelo de relações intergeracionais centralizado na transmissão de conhecimento nos moldes da relação professor-aluno. Ao contrário, a sucessão de gerações no interior da família é tida como pressuposto e cultivada no ideal da família burguesa. À semelhança da primeira fase, a maioria dos exemplos toma por base a figura masculina.

3. A terceira fase de compreensão das gerações principia com o passado mais recente, no qual o conceito de geração é usado como ferramenta para diagnosticar as características de um período de tempo. Expressa uma mudança de perspectiva nas relações entre passado, presente e futuro. Este é visto como incerto, não obstante as orientações enraizadas respectivamente no passado e na tradição, mesmo que elas se mostrem ainda efetivas. Essa contradição interior também se evidencia nas análises do “pós-moderno” nas sociedades contemporâneas. Entretanto, a perda da certeza igualmente contribuiu para um alargamento de horizontes na compreensão das gerações: a sucessão de gerações na família e na sociedade é situada inter-relacionando uma à outra. Isso se evidenciou mais no campo da política social com relação a questões de justiça redistributiva entre gerações no contexto do estado de bem-estar social (e sua reforma).

7.05. Na pós-modernidade, as diferenças de gênero têm uma atenção especial, com importantes implicações decorrentes para a análise sócio-política. O papel da mulher é reconhecido e as relações de gênero entram na pauta de discussões. Esses discursos são significativamente influenciados pela onipresença dos meios de comunicação de massa e pelo modo pelo qual lidamos com eles. Tal fato repercute na estreita interdependência entre gerações e gênero, como o demonstram exemplarmente os “cuidados” com aqueles que necessitam.

Orientação diante da atual divergência conceitual

7.06 O interesse atual suscitado por questões intergeracionais se reflete numa enorme variedade de publicações – parte delas recorrendo à nova terminologia – que disputam entre si pela atenção do público. Logo a seguir, levando em conta a história do conceito, tentaremos sistematizar esse aspecto, recorrendo a títulos de publicações recentes (por se tratar de obras conhecidas, o leitor poderá encontrar na internet as referências bibliográficas completas).

Em síntese, identificamos ao menos as seguintes categorias de tópicos e discursos intergeracionais.

1. *Gerações genealógicas relativas a parentesco, ancestrais e papéis na família.*

Exemplos da literatura:

Bengtson and Robertson (1985). Grandparenthood.

Cherlin and Furstenberg Jr. (1986). The New American Grandparent.

Rossi and Rossi (1990). Of human bonding: parent-child relationships across the life course.

Szinovacz (1998). Handbook on Grandparenthood.

2. *Gerações pedagógicas alusivas a relações e papéis educacionais em escolas, empresas (p. ex. preceptores) e na sociedade e cultura em geral.*

Exemplos da literatura:

Ecarius (1998). Was will die jüngere mit der älteren Generation? Generationenbeziehungen in der Erziehungswissenschaft [O que a geração mais jovem quer fazer com a geração mais velha? Relações intergeracionais na pedagogia].

Liebau (1997). Generation. Versuch über eine pädagogisch-anthropologische Grundbedingung [Geração. Ensaio sobre um requisito pedagógico-antropológico básico].

Mead (1972). Culture and Commitment: A Study of the Generation Gap.

Schelsky (1957). Die skeptische Generation. Eine Soziologie der deutschen Jugend [A geração cética. Sociologia da juventude alemã].

3. *Gerações históricas sócio-culturais que se referem a...*

a... guerras, agitação política e econômica e identidades coletivas resultantes.

Exemplos da literatura:

Eisenberg (1982). The lost generation: Children in the holocaust.

Elder Jr. (1974). Children of the Great Depression.

Easterlin et al. (1990). Retirement prospects of the baby-boom generation.

b... movimentos culturais, estilos e trabalhos formadores de tendências.

Exemplos da literatura:

Campbell (1999). This is the beat generation.

Coupland (1991). Generation X: Tales for an accelerated culture.

Jones (1986). Great expectations: America and the baby boom generation.

c... regulamentações, benefícios e obrigações da previdência social (p. ex. financiamento de previdência para a terceira idade).

Exemplos da literatura:

Arber and Attias-Donfut (2000). The myth of generational conflict: The family and state in ageing societies.

Daatland and Lowenstein (2005). Intergenerational solidarity and the family-welfare state balance.

Kohli (1999). Private and public transfers between generations: Linking the family and the state.

Willetts (2010). The Pinch. How the baby boomers took their children's future – and why they should give it back.

4. Gerações diagnósticas de tempo incluem proposições acerca do estado atual de subgrupos específicos com ênfase em gerações adolescentes ideais-típicas.

Exemplos da literatura:

Böpple and Knüfer (1998). GenerationXTC: Technound Ekstase [Geração XTC: techno e êxtase].

Epstein (1998). Youth culture: Identity in a postmodern world.

Illies (2000). Generation Golf.

Tapscott (2009). Grown up digital – How the next generation is changing your world.

Outras expressões usam o termo em sentido metafórico, por exemplo, gerações de produtos farmacêuticos, objetos (carros, computadores) e técnicas.

Fundamentos Conceituais

Ponto de partida

7.07 O termo “geração” é frequentemente usado como *estrutura interpretativa* e, portanto, supõe-se que seu significado seja conhecido ou possa ser inferido pelo contexto. Porém, se o termo for usado em pesquisa científica, é necessário descrever seu significado e ancorá-lo teoricamente. Na tentativa de sistematizar a diversidade conceitual por meio de definições compactas, utilizaremos uma versão modificada do “triângulo semiótico”, segundo o qual o “significado” de um conceito é obtido relacionando-se, de uma maneira interpretativa (com base em suposições teóricas e objetivos práticos), um termo em particular com sua evidência. Dentro dessa perspectiva, as definições podem ser interpretadas como hipóteses heurísticas. Os conceitos contêm suposições, teoricamente fundamentadas, de que algo pode ocorrer. Nesse caso, justifica-se trabalhar com o conceito. Entretanto, o conceito pode precisar ser alterado, refinado ou suplementado.

7.08. Nosso ponto de partida é a *inter-relação entre pertencimento geracional e atribuição de identidade*, que podem ser entendidos de um ponto de vista etimológico e da história das gerações, como foi realçado na introdução. Isso atrai atenção para as relações sociais entre indivíduos e grupos, uma vez que elas, sob uma perspectiva sociológica, formam as identidades. Ademais, essa inter-relação pode ser aplicada às esferas pública e privada da vida e pode estar expressa nos estilos de vida, tanto individuais quanto coletivos. A configuração das relações intergeracionais nas tradições e costumes, além de sua conformidade legal, indica a necessidade de se criar continuamente um novo regime intergeracional, ou seja, de recriar as dimensões políticas das gerações. A correlação interna entre esses elementos fundamentais sugere que devemos nos referir a eles como padrão conceitual. Propomos, então, três definições básicas: gerações e identidade intergeracional, relações intergeracionais e, finalmente, política e regime intergeracionais. Essas definições, por sua vez, poderiam tornar-se pontos de referência para uma criação gradual de definições de outros fatos.

Gerações e identidade geracional

Definição básica

7.09 O “conceito de geração” serve ao propósito de analisar a interação de ações e relações sociais relevantes à identidade com afiliação a grupos demográficos específicos, relações de parentesco, pertencimento organizacional ou experiência de acontecimentos históricos. O conceito está centrado nos pensamentos e sentimentos, no querer e no agir, em formas e cursos de vida de agentes individuais e coletivos.

7.10 Fala-se de pertencimento geracional em termos de atribuição de identidades sociais para assim evitar a armadilha de uma definição essencialista e dar ênfase a ações que podem ser empiricamente observadas. De tempos em tempos, isso ocorre em sentido figurado, quando há referência a ações de agentes coletivos, ou seja, grupos sociais ou “comunidades de experiência

compartilhada” (de gerações inteiras). Também, nesses casos, as questões de identidade são relevantes.

7.11 No sentido de uma atribuição auto-reflexiva de identidades geracionais, poderíamos afirmar, parafraseando Johann Wolfgang Goethe em sua autobiografia “Poesia e Verdade”, que todas as pessoas que nasceram dez anos antes ou depois teriam se tornado completamente diferentes no que diz respeito à educação e efeito no mundo externo. Coorte de nascimento, idade, duração de pertencimento e acontecimentos históricos incluem definições sociológicas de tempo.

Diferença intergeracional

7.12 A noção de que existe uma geração identificável sugere necessariamente sua distinção em relação a outras gerações. Diferenças intergeracionais podem, assim, ser identificadas em termos de experiências formativas bem como de mudanças na vida e na história da sociedade e, conseqüentemente, de sentimentos, pensamentos, conhecimentos e ações. O pano de fundo das distinções intergeracionais é, no entanto, gerado pelo pertencimento comum a uma sociedade e sua história. As distinções intergeracionais podem ser identificadas entre os indivíduos e também entre gerações como “comunidades de experiência compartilhada”.

Pertencer a mais de uma geração: Multigeracionalidade

7.13 Em princípio, cada indivíduo pode pertencer a algumas gerações ao mesmo tempo. Isso pode resultar tanto em oportunidades quanto em ônus nas relações sociais. Por exemplo, filhos mais velhos podem assumir atividades típicas dos pais (cuidados, criação) em relação aos irmãos mais jovens. A geração genealógica mais jovem pode ocasionalmente assumir o papel de professor das gerações intermediárias e mais velhas devido à sua competência em usar tecnologia da comunicação e, ao mesmo tempo, permanecer dependente das gerações mais velhas para subsistência ou em hierarquias empresariais. Outro caso é o de pais que estão estudando em universidades. Eles, às vezes, assumem o papel de alunos e, outras vezes, o papel de progenitores de seus filhos.

7.14 De maneira geral, a “multigeracionalidade” é característica para cada indivíduo. Desse modo, influências genealógicas, sociais e culturais estão misturadas, o que pode causar conflitos de papéis e experiência com ambivalências.

Socialização em associações geracionais: Socialização gerativa ou geracional

7.15 O que é *característico* das relações intergeracionais pessoais e coletivas? Via de regra, elas andam lado a lado com os processos de aprendizado associados à execução conjunta de tarefas para manter e desenvolver relações intergeracionais em sucessão genealógica. Tal suposição está ilustrada a seguir: Quando idosos e jovens, por exemplo avós e netos, estão fazendo algo juntos, a atividade está em geral associada ao aprendizado. No entanto, a referência à idade ou ao pertencimento geracional é também importante para muitas formas

de aprendizado. Nesse contexto, um terceiro fator pode vir à tona: transferência, adoção e desenvolvimento de herança material, social e cultural. Esses processos constituem formas específicas da socialização.

7.16 *A socialização gerativa ou geracional pode ser definida como o desenvolvimento de facetas da identidade social nos processos de aprendizado entre membros de diferentes gerações e a consideração crítica de suas heranças econômicas, sociais e culturais compartilhadas.*

Geratividade

7.17 O termo “geratividade” é normalmente usado como sinônimo de comportamento gerativo ou geracional em demografia. Em psicologia, ele é entendido, desde Erikson, como a disposição da geração mais velha em cuidar dos mais jovens. Propõe-se aqui um entendimento mais abrangente, em três passos:

- Em uma *primeira* generalização, a noção de “geratividade” pode ser relacionada à ideia de que os humanos têm a habilidade de contemplar, em seus pensamentos e ações, a existência de gerações subsequentes. Somos capazes de exercer grande controle de nosso comportamento geracional. A maioria é capaz de decidir se quer ser pai ou mãe.
- Uma *segunda* generalização relata que os humanos têm a capacidade de considerar o bem-estar das gerações subsequentes e agir de acordo com isso. Esse fato pode ser postulado como uma obrigação e uma responsabilidade atribuídas igualmente aos indivíduos e às instituições sociais.
- Uma *terceira* generalização, recentemente introduzida nas discussões, leva em consideração a experiência ou conhecimento de que os jovens podem também desenvolver, individualmente e coletivamente, uma percepção do bem-estar dos idosos.

7.18 Por consequência, propõe-se a seguinte definição: “geratividade” refere-se à *habilidade humana de estar individual e coletivamente ciente da dependência mútua das gerações e de considerá-la em suas ações*. Essa interpretação de “geratividade” enfatiza potencialidades na busca pelos significados tanto da vida individual como da vida comum-social.

Dimensões das relações intergeracionais

Definição básica

7.19 *As relações sociais entre os membros de duas ou mais gerações, ou de uma mesma geração, são caracterizadas pela consciência de pertencimento geracional e das diferenças e semelhanças resultantes (relações intergeracionais e intrageracionais).*

7.20 Essas relações se concretizam por meio de processos mútuos e reflexivos de orientação, persuasão, intercâmbio e aprendizado. A estrutura e a dinâmica das relações intergeracionais

são, dentre outras coisas, dependentes das tarefas institucionais (assegurar o sustento, cuidado e criação). Ao mesmo tempo, é importante manter e desenvolver essas relações.

7.21 Nossa definição tem por base a descrição das relações sociais como sendo interações (individuais e coletivas) que se desenvolvem repetidamente e são “estruturadas” dessa maneira, não sendo, portanto, únicas. Em muitos casos, essa estrutura é estabelecida desde o princípio por tarefas que necessitam ser realizadas em conjunto ou por meio de papéis sociais, nos quais nos encontramos uns com os outros. De especial interesse, no entanto, são as relações entre membros de gerações consecutivas.

7.22 Nas diferentes análises teóricas e empíricas, questiona-se se podemos identificar uma “lógica social” para a construção das relações intergeracionais. Até que ponto as regras gerais de troca e reciprocidade se aplicam? Seria essa outra característica dos traços distintivos das relações intergeracionais?

7.23 Nesse contexto, é interessante o adiamento ou a realização da reciprocidade pelos membros das gerações consecutivas. Como essas regras se refletem nas informações acerca dos diferentes tipos entre membros de diferentes gerações? Qual é a relação entre as transmissões de conhecimento e vivências públicas e as privadas? Três conceitos, tais como conflito intergeracional, solidariedade intergeracional e ambivalência intergeracional fornecem orientação abrangente para abordarmos essas questões.

Conflito intergeracional

7.24 *O conceito de conflito intergeracional baseia-se na crença de que diferenças dinâmicas entre gerações inevitavelmente provocam conflitos.*

7.25 É crença comum na literatura tradicional e popular que os conflitos entre jovens e idosos sejam mais ou menos inerentes à natureza (social) dessas relações. A maneira pela qual se desdobram é entendida como sendo direcionada do desenvolvimento sistêmico-imanente da sociedade. As relações de poder na família e as redes de parentesco são vistas como pontos de partida “naturais”. Mais recentemente, os conflitos entre jovens e idosos estão sendo discutidos em relação à distribuição de recursos na sociedade e participação nas instituições de auxílio governamental.

Solidariedade intergeracional

7.26 *A solidariedade intergeracional pode ser descrita como expressão de confiabilidade incondicional entre membros de uma mesma geração ou de gerações distintas.*

7.27 O conceito de solidariedade intergeracional tornou-se popular principalmente por pesquisas acerca do envelhecimento e das relações intergeracionais nos Estados Unidos da América, em parte como reação contrária às noções de família nuclear isolada, declínio geral do parentesco e da família, bem como percepção tendenciosa sobre a necessidade de apoio para

a terceira idade. Com frequência, o modelo Bengtson/Roberts (Intergenerational solidarity in aging families. *Journal of Marriage and Family*, 1991: 856-870) é mencionado, no qual seis dimensões podem ser distinguidas: (1) solidariedade associativa (frequência e padrões de interação), (2) solidariedade afetiva (tipo, grau ou reciprocidade de sentimentos positivos), (3) solidariedade consensual (grau de concordância nas atitudes, valores e crenças), (4) solidariedade funcional (grau e quantidade de apoio/recursos dados e recebidos), (5) solidariedade normativa (força do comprometimento com papéis e obrigações na família) e (6) solidariedade estrutural (estrutura de oportunidades para as relações intergeracionais em aspectos, tais como, tamanho da família ou proximidade geográfica).

7.28 Deve-se enfatizar que essa noção de solidariedade refere-se a relações intergeracionais somente dentro do contexto familiar. Críticos desse conceito argumentam que dar e receber ou estar envolvido em atividades conjuntas também pode ser realizado de maneira forçada ou contra a vontade própria. Além disso, existe o risco de idealização normativa das relações intergeracionais. Por isso, podemos sugerir que tal tipologia seja vista como proposta para *dimensionar* as relações intergeracionais. Uma generalização social seria, entretanto, problemática. Em termos amplos, o conceito multidimensional de solidariedade apóia-se na crença comum de que a importância das relações intergeracionais é fundamentalmente definida por sua contribuição para com a coesão social conjunta. Sendo assim, aspectos cruciais da dinâmica interna das relações intergeracionais são desconsiderados. Do mesmo modo, as condições sociais que as modelam são subestimadas. Isso se torna evidente na definição, coleção e análise de dados empíricos.

Ambivalência intergeracional

7.29 O conceito de ambivalência intergeracional refere-se ao fato de que relações intergeracionais microsociológicas e macrosociológicas podem, *ao mesmo tempo*, expressar atitudes e comportamentos conflituosos e solidários, tais como, amor e ódio, independência e dependência, proximidade e distância. Suas origens estão no reconhecimento de que a permanência e a variação são paralelas. Nossa proposta de definição é:

7.30 *O conceito de ambivalência, em seu sentido mais geral, refere-se à experiência de hesitação (“oscilação”) entre contradições polares de sentimentos, pensamentos, desejos ou estruturas sociais na busca por significação das relações sociais, fatos e textos que são importantes para as facetas do “self” (si mesmo) e “agency” (capacidade de agir intencionalmente para modificar a si mesmo e/ou o meio ambiente).*

7.31 O conceito de ambivalência tem origem na psicoterapia e também no conceito de Simmel sobre individualidade e sociabilidade. É necessário enfatizar que a noção científica de ambivalência (em oposição ao conceito leigo) não possui conotação negativa por si só. Portanto, ter a experiência e lidar com a ambivalência pode ser visto como um desafio para manter as relações. Isso pode ser efetuado de maneira socialmente criativa e inovadora. Igualmente, a influência pessoal, o poder e a autoridade podem ser importantes. Em consonância, diferentes maneiras de lidar com as ambivalências podem ser distinguidas, tais como “solidariedade”, “emancipação”, “retirada” e “envolvimento”.

7.32 A etimologia do conceito geracional se refere à tensão entre continuidade e inovação. Estas tensões também são resultado da intimidade e distância, características próprias de muitas relações intergeracionais.

7.33 *Uma hipótese heurística geral para essa perspectiva pode ser postulada da seguinte maneira: relações intergeracionais por razões estruturais – ou seja, intimidade e irrevogabilidade – sugerem alto potencial para se experimentar ambivalência. Porém, elas não “são” sempre ambivalentes.*

Relações intergeracionais e estruturas sociais

7.34 A atribuição de identidades intergeracionais está embutida nas estruturas demográficas, sociais e culturais. Tais estruturas estabelecem relacionamentos concretos de relações intergeracionais entre indivíduos, grupos, empresas e outras unidades sociais. Podemos nos referir a essas unidades *estruturais* como relações intergeracionais em nível de sociedade (*“Generationenverhältnisse”*).

7.35 Essa descrição difere daquelas que se referem a “relações” (*“Beziehungen”*) somente considerando interações micro-sociais e das que aludem a “relações sociais” (*“Verhältnisse”*) como condições macro-sociais. Precisamos considerar que pode haver também relações (abstratas) entre unidades macro-sociais, as quais se manifestam em interações concretas entre seus membros. Sendo assim, o conceito geracional é apropriado para mediar contrastes nos níveis micro e macro. Indicações disso podem ser encontradas no padrão conceitual de Mannheim: “posição geracional, conexão geracional e unidade geracional”.

7.36 De uma perspectiva demográfica, os coortes de nascimento são as unidades estruturais mais importantes. Referem-se a *todas as pessoas nascidas em um dado período de tempo. No contexto organizacional, os coortes representam todas as pessoas que se tornaram membros daquela organização em um dado período.*

7.37 Segundo a definição geral sugerida acima, os coortes de nascimento tornam-se gerações caso seus membros ou as outras pessoas estabeleçam relações entre aquela data de nascimento, aquela idade ou mesmo a entrada em uma organização com experiências históricas e biográficas de qualquer tipo relevantes para suas identidades e ações.

7.38 A análise de relações estruturais e a dinâmica entre membros de diferentes gerações pode também ser distinguida pelo *tempo*. De um lado, há gerações convivendo no mesmo período de tempo (*sincrônicas*). Todavia, há também gerações não compartilhando vidas (*diacrônicas*), tanto quanto as interdependências entre as experiências geracionais sincrônicas e diacrônicas.

7.39 As gerações constroem um sistema complexo de intrincadas estruturas e relações sócio-temporais observáveis tanto nas múltiplas posições geracionais dos indivíduos quanto nas relações intergeracionais. Essas estruturas e relações podem culminar na

experiência de ambivalência se a última incluir uma fase de reflexão sobre opiniões conflitantes. Isso se complementa com a integração dessas estruturas e relações na sucessão de gerações passadas e em sua extensão para o futuro. A análise das dimensões do tempo das gerações e relações intergeracionais ainda é pouco pesquisada e, por isso, consitui-se como um campo promissor para a construção de teorias e pesquisas intergeracionais.

Elementos da ordem e política geracionais

7.40 Em relação à dependência de longo prazo dos filhos em relação aos “velhos” e a dependência que os idosos têm de cuidadores “jovens”, organizar relações intergeracionais torna-se “uma tarefa *sócio-cultural* da *natureza* humana” que requer normas e regulamentação, as quais são expressões do entendimento dessas tarefas e negociações sobre variações e influências. Por exemplo, a substituição do conceito de “autoridade” dos pais pelo conceito de “cuidado” dos pais indica uma mudança histórica na ordem geracional.

7.41 *O termo “lógica relacional” refere-se às formas estabelecidas de organizar as relações sociais, seu imbricamento institucional nas relações de poder, econômicas e políticas, bem como sua justificação por meio da tradição, costumes e normas. Incorporadas às estruturas sociais, essas normas remetem a um “regime geracional”.*

Definição básica

7.42 *Um regime intergeracional pode ser definido como a soma das normas existentes para se organizar as relações intergeracionais em uma sociedade e suas subdivisões em tradição, costume e lei. Essas normas se expressam tanto na forma de leis como na de elementos de uma lógica relacional. Em ambos os casos, são expressões do poder e das autoridades existentes.*

Geração e gênero

7.43 A geração e o gênero estão fortemente ligados de maneira analítica e empírica. Essas duas categorias se referem a fatos biológicos que requerem uma organização social, política e cultural. A “geratividade” é determinada pelas relações de gênero. Uma retrospectiva histórica mostra que o conceito geracional foi usado principalmente em sua interpretação masculina. Isso aparece não somente em regulamentações legais mas também na atribuição diária assimétrica de atividades. A dinâmica das mudanças, postuladas e reais, dos papéis dos gêneros nas últimas décadas está, assim, fortemente relacionada à organização das relações intergeracionais. O melhor exemplo é a organização das “tarefas de cuidado”.

7.44 A noção de justiça inclui uma norma social e uma virtude individual. Isso também ocorre na organização das relações intergeracionais. Nesse sentido, as noções de justiça são relevantes nos contextos micro-sociais (a exemplo da educação do dia a dia) e também macro-sociais (por exemplo, no que diz respeito à distribuição de recursos na sociedade). Remetendo-nos às proposições de Aristóteles podemos distinguir duas dimensões de justiça:

– A primeira é a *justiça processual*. Ela requer que as normas na ordem social sejam aplicadas a todos os membros de maneira justa e, nesse sentido, igualitária, o que também se aplica às relações intergeracionais.

– A segunda dimensão refere-se aos conteúdos.

7.45 Aqui, a *justiça comutativa* postula que devemos buscar uma equivalência do bem em relação ao desempenho dos membros. Na ciência política e na literatura sobre economia, isso também é conhecido como *justiça de atuação ou de desempenho*. Além disso, a *justiça distributiva*, ou como também é conhecida *justiça das necessidades*, refere-se à posição, “valor” ou mérito de uma pessoa em relação ao estado.

7.46 Atualmente, uma mudança pragmática pode ser observada nos discursos ético-filosóficos. Essa mudança está centrada nas ações dentro dos contextos sociais, que resultam no postulado da justiça participativa ou justiça de inclusão.

7.47 Se aplicarmos isso à organização das relações intergeracionais, temos que os benefícios materiais e imateriais oferecidos pelos pais a seus filhos não lhes são imediatamente, e muitas vezes nunca, “recompensados”, se é que isso é possível. Por isso, há mais do que meramente justiça comutativa. Entretanto, é importante levar em consideração as diferentes necessidades de filhos e pais. Ambas formas de justiça podem ser influenciadas pela ideia de que os filhos irão passar a seus filhos aquilo que receberam, em geral como herança material ou imaterial. Ao mesmo tempo, pode-se exigir que os benefícios oferecidos nas e pelas famílias para o bem-estar da sociedade e sua geração de capital humano sejam reconhecidos pela sociedade, por exemplo, pelo plano de previdência social.

7.48 Ademais, os conceitos de justiça são relevantes para o relacionamento entre gerações atuais e futuras, por exemplo, em relação ao uso de recursos naturais, a extensão da dívida pública e a valorização da herança cultural. Para lidarmos com a natureza multidimensional da justiça intergeracional, sugerimos uma descrição normativa da política intergeracional que se orienta por postulados de *direitos humanos* gerais e, ao mesmo tempo, aponta a interdependência mútua das gerações e responsabilidades resultantes. A *Convenção sobre os Direitos da Criança* é importante documento nesse sentido.

² O termo alemão “*Generationengerechtigkeit*” pode ser traduzido por três termos: *justiça intergeracional, igualdade geracional e equidade geracional*. O uso varia de acordo com o contexto do discurso e enfatiza diferentes aspectos do conceito. *Equidade geracional* refere-se a qualidades econômicas, *igualdade geracional* a interpretações filosóficas e *justiça intergeracional* possui conotação sócio-legal.

7.49 No entanto, os conceitos de justiça também têm papel importante em nossa vida diária. Nela, esses conceitos estão combinados a crenças sobre igualdade e equidade. Um importante critério é a relação entre igualdade e desigualdade, como expressa o ditado comum que afirma que a justiça demanda tratar os iguais com igualdade e os desiguais com desigualdade.

7.50 Nas distintas concepções de justiça, os entendimentos do passado (por exemplo, os recursos adquiridos), do presente (uso atual e aumento dos recursos) e do futuro (como os recursos passam de uma geração a outra) são importantes. Consequentemente, a questão de justiça intergeracional – em paralelo ao crescente interesse nos assuntos intergeracionais – recebe grande atenção. A justiça intergeracional é também uma enorme preocupação das iniciativas políticas. Normalmente, elas se referem a tratados filosóficos e políticos que, quase exclusivamente, tratam as gerações como coletivos da sociedade (e com frequência meramente no sentido de coortes de idade).

7.51 Além disso, a questão da separação entre justíças *intra-temporal* e *inter-temporal* é importante. Isso significa, primeiro, a relação entre gerações (ou grupos etários) vivendo ao mesmo tempo e, segundo, a relação entre gerações vivas hoje e no futuro. Aqui, debatemos quão longe precisamos pensar no futuro e se as gerações vivas hoje podem descontar suas obrigações em direção a um futuro distante. Muita atenção é dada também à natureza da relação entre as gerações de hoje e as gerações futuras, cuja existência direta ou indiretamente depende das decisões gerativas ou geracionais da primeira. Sugere-se estender a perspectiva para incluir a sucessão de pelo menos três gerações (Laslett: “tri-contrato intergeracional”).

Contrato intergeracional

7.52 O contrato intergeracional é uma descrição metafórica do sistema de previdência social, segundo o qual a geração atualmente empregada paga pelos benefícios da geração aposentada por meio de suas contribuições. Nesse ponto, é aplicado o conceito de gerações para o estado de bem-estar social. Em face das mudanças demográficas, o sistema já estabelecido é colocado à prova, provocando discussões sobre a sustentabilidade da equidade intergeracional.

Potencial humano («Humanvermögen»)

7.53 A geração de potencial humano implica a transferência e a geração de competências de vida, ou seja, habilidades gerais para se orientar no mundo e para interagir com outros indivíduos. O termo *capacidade vital* parece ser o mais apropriado para denotar essa ideia. Outro significado diz respeito ao conhecimento e às habilidades que permitem aos indivíduos trabalhar, isto é, *capacidade de trabalho* no sentido mais abrangente da palavra. Ambos significados são pré-condições para qualquer interação econômica, social e cultural na sociedade. A ambiguidade da palavra (alemã) “*Vermögen*” nessa definição é intencional. Se expressarmos nossa “capacidade” de fazer algo, isso pode referir-se a meios materiais assim como a habilidades e conhecimentos. Tanto uma quanto outra são formas de “capacidade” interdependentes.

7.54 A noção de política intergeracional – em um sentido adicional da expressão – resulta do reconhecimento da necessidade de haver alguma organização na sociedade de relações intergeracionais. Desse modo, políticas intergeracionais *implícitas e explícitas* podem ser discernidas.

7.55 Dado o estado atual da análise sobre práticas sócio-políticas, sugerimos a seguinte *tese*: *A política intergeracional reflete os atuais esforços em justiça intergeracional por parte de instituições governamentais e não-governamentais que distribuem recursos entre as gerações.* Duas definições são sugeridas.

7.56 Política intergeracional descritiva: *Essa política intergeracional inclui todos os esforços para institucionalizar relações individuais e coletivas entre as gerações nas esferas privada e pública. Além disso, precisa ser esclarecido até que ponto as medidas em outras áreas dessas políticas são intencional ou despropositalmente relevantes.*

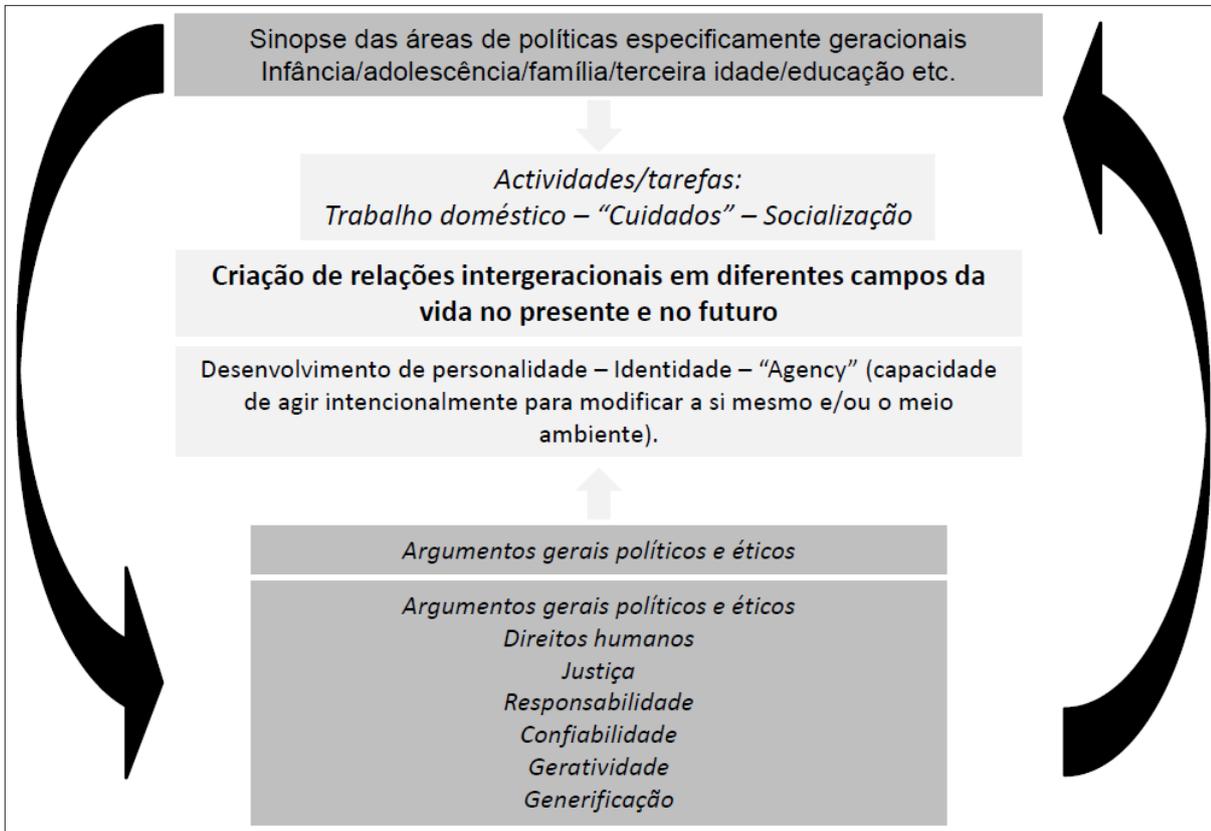
7.57 Política intergeracional programática: *A criação dessa política intergeracional está condicionada a se estabelecer condições na sociedade que permitam a criação de relações intergeracionais públicas e privadas no presente e no futuro, de modo a garantir o desenvolvimento, por um lado, de uma personalidade responsável e preocupada com a comunidade e, por outro, de progresso para a sociedade.*

7.58. Uma área cada vez mais importante da política intergeracional aplicada envolve projetos sob a denominação geral de *diálogo intergeracional*. Membros de dois ou mais grupos etários que representam diferentes gerações envolvem-se em atividades conjuntas e projetos úteis para o bem comum. Ao mesmo tempo, muitos participantes são motivados pela oportunidade de se desenvolverem mais. Segundo a suposição de que os processos de aprendizado (“socialização gerativa ou geracional”) constituem característica específica das relações intergeracionais, essas atividades podem ser vistas como projetos educacionais e ganham mais importância política por dependerem geralmente de iniciativas cívicas de engajamento. Se recebem apoio do estado, este é, em sua maior parte, de natureza subsidiária.

Diagrama de uma política intergeracional integral

7.59 O diagrama a seguir resume nosso entendimento do que é política intergeracional. No centro desse processo está o estabelecimento de condições na sociedade para a criação liberal e tolerante das relações intergeracionais. Essas condições são pré-requisito básico para que o indivíduo se desenvolva e se torne uma personalidade independente e preocupada com a comunidade. Vários outros argumentos sócio-políticos mencionam isso. Constituem uma condição crucial para que a auto-realização individual desenvolva uma personalidade independente e preocupada com a comunidade. Requerem reflexão contínua em vista da dinâmica factual e desejada da sociedade. Como isso se refere ao desenvolvimento da “pessoa em sua totalidade”, faz-se necessária uma sinopse de todas as organizações governamentais e não governamentais que, direta ou indiretamente, influenciam na organização das relações intergeracionais, no nível das estruturas e instituições sociais. Estas têm por base argumentos normativos específicos,

internamente conectados a argumentos mais gerais (setas). Tal entendimento inclui mais do que uma simples “tarefa isolada”. Envolve colaboração mais intensa e ativa do que meramente coordenação, observando as metas conjuntas mais abrangentes. Isso requer uma gestão sócio-criativa de tensões existentes, desigualdades sociais e interesses. Dessa maneira, uma política intergeracional integral conceitualizada dá importante impulso às políticas gerais da sociedade.



Conclusão

7.60 “As gerações se contam e se narram” (S. Weigel). A ubiquidade dos fatos comumente chamados de gerações e relações intergeracionais requer perspectivas interdisciplinares. Isso permite ao mesmo tempo construir uma ponte entre teoria, prática e criação de políticas. Para tanto, faz-se necessário o uso de diferentes métodos de pesquisa e transferência de conhecimento. Para explicá-los pormenorizadamente, seria necessário um “compêndio” separado. No entanto, mesmo esta tentativa aqui esquematizada demonstra que as “questões intergeracionais” formam um campo academicamente fascinante e necessário na prática.

Publicações recentes importantes

A seguinte bibliografia contém uma seleção de recentes publicações em língua portuguesa. Para publicações em alemão, inglês, francês, espanhol, e italiano, favor consultar as partes correspondentes nas outras versões do compêndio.

Barros, M. M. L (Org.) (2006). Família e gerações. Rio de Janeiro: FGV.

Barros, M. M. L (1987). Autoridade e afeto. Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Zahar.

Borges, C. C. & Magalhães, A. S. (2011). Laços intergeracionais no contexto contemporâneo. *Estudos de Psicologia*. V.16, n.2, pp.171–177.

Debert, G. G.(Org.) Gênero em gerações. (1999). Campinas, Núcleo de Estudos do Gênero / Universidade Estadual de Campinas – São Paulo.

Debert, G. G. & Gregori, M. F. & Oliveira, M. B. (Orgs) (2008) Gênero, família e gerações. Campinas – São Paulo, Núcleo de Estudos do Gênero/ Universidade Estadual de Campinas.

Doll, J. Um olhar para o “Problema das gerações” de Karl Mannheim. REVISTA PORTAL de Divulgação, n. 28. Ano III. Dez. 2012 <http://www.portaldoenvelhecimento.org.br/revista/index.php>.

Domingues, J. M. (2002). Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. *Tempo Social*, v.14, n.1, pp.67–89.

Ferrigno, J. C. (2003). Co-educação entre gerações. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Sesc.

Ferrigno, J. C. (2013). Conflito e cooperação entre gerações. São Paulo: Sesc.

Oliveira, P.S. (2011). Vidas compartilhadas. Cultura e relações intergeracionais na vida cotidiana. 2ª.ed, São Paulo: Cortez.

Weller, W. (2010). A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, v.25, n.2, pp. 205–224.